



AMAZÔNIA – AS BATALHAS PERDIDAS DE UMA GUERRA INVISÍVEL

Fernando Carlos Wanderley Rocha

Consultor Legislativo da Área XVII
Segurança Pública e Defesa Nacional
fernando.wanderley@camara.leg.br

ESTUDO

AGOSTO/2014



Câmara dos Deputados
Praça dos Três Poderes
Consultoria Legislativa
Anexo III - Térreo
Brasília - DF



SUMÁRIO

01. A “CORPORATOCRACIA” GLOBAL	4
02. A CONSTRUÇÃO DOS TENTÁCULOS INTERNOS	11
03. A “CORPORATOCRACIA” GLOBAL ESCREVE A CARTA DE 88	18
04. AS CASAS REAIS DA EUROPA COMANDAM A AMAZÔNIA	23
05. A DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS: POR QUEM? PARA QUEM?.....	30
06. CONCLUSÃO	42

© 2014 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) o(a) autor(a) e a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seu(sua) autor(a), não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.

AMAZÔNIA – AS BATALHAS PERDIDAS DE UMA GUERRA INVISÍVEL

Fernando Carlos Wanderley Rocha

Na paz como na guerra, a melhor estratégia é conquistar o país ou as forças inimigas intactas, e não destruí-las; a batalha deve ser vencida muito mais pelo engodo do que pelo choque.

Sun Tzu, preconizando a ESTRATÉGIA DA AÇÃO INDIRETA

As fundações “autênticas”, como a Ford, a Rockefeller, a Carnegie, eram consideradas “o tipo melhor e mais plausível de disfarce para os financiamentos”. [...] Sem dúvida, isso permitiu que a CIA financiasse “um leque aparentemente ilimitado de programas secretos de ação que afetavam grupos de jovens, sindicatos de trabalhadores, universidades, editoras e outras instituições privadas”, a partir do início da década de 1950.

Frances Stonor Saunders, in “**Quem pagou a conta?**”, ed. Record, 2008. p. 153.

Um fenômeno muito importante dos nossos tempos é a globalização de normas legislativas.

Nas duas últimas décadas, governos, ONGS e outras entidades internacionais têm aumentado cada vez mais o seu envolvimento nos assuntos internos de estados soberanos através do diálogo diplomático, da ação militar, da manutenção da paz internacional e de esforços para promover reformas institucionais e legislativas. Portanto, o que acontece dentro das fronteiras nacionais passa a ser assunto de interesse mundial, e a assistência a reformas legislativas torna-se uma necessidade urgente.

Fonte: <www.justiceinitiative.org/portugues/po_about>; acesso em: 07 jan. 2004. Endereço do OPEN SOCIETY INSTITUTE, em português, cujo acesso não está mais disponível. Hoje, remete para o sítio das OPEN SOCIETY FOUNDATIONS, em inglês, com outro conteúdo. Original recuperado por meio do *Internet Archive Wayback Machine*, usando <http://web.archive.org/web/20040107143348/http://www.justiceinitiative.org/portugues/po_about>.

01. A “CORPORATOCRACIA” GLOBAL

O pensamento de Sun Tzu permite perceber que a maior ameaça à soberania de um Estado nacional não está, necessariamente, no poder bélico de um possível oponente. As armas até poderão ser terçadas, mas sempre como a última instância.

Desse modo, no lugar do emprego do poder militar (*hard power*), a estratégia do conquistador se fará melhor com a adesão da população do país-alvo, pelo menos das chamadas elites econômica, política e intelectual aos seus desígnios pelas sanções econômicas, pelo suborno ou, realmente, pela franca adesão aos valores culturais e ideológicos propagados pela potência dominante, levando determinado Estado a querer o mesmo que o Estado-imperial.

É o modernamente chamado *soft power*, uma guerra invisível, vista de forma tão simples há 2.500 anos pelo célebre estrategista chinês e que hoje, tema de robustos tratados, é intensivamente aplicada pelos pretensos impérios contemporâneos e pelos conglomerados de corporações e fundações baseadas nas potências baseadas no hemisfério norte, seja pela verdadeira conquista dos “corações e mentes”, seja pelas benesses materiais que cooptam adesistas: auxílios financeiros, bolsas e viagens de estudos, patrocínio de seminários e de publicação de trabalhos, promoção do prestígio pessoal e outras coisas assim, culminando com a inserção deles em postos-chave da sociedade e do estamento governamental do Estado-alvo.

A segunda citação da epígrafe aponta para os primeiros anos da Guerra Fria na Europa, quando fundações norte-americanas, nessa concepção do *soft power*, para conter o avanço da esquerda radical marxista, patrocinaram publicações, artistas e intelectuais europeus, particularmente franceses, de centro e da chamada esquerda *light*.

Esse *modus operandi* adquirido no teatro europeu foi, então, aplicado na América Latina e, sobre isso, a transcrição a seguir, embora longa, vale pela dimensão exata do que passou a acontecer também no Brasil:¹

¹ LEHER, Roberto. **Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo.** Revista Outubro, nº 3, 1999. Disponível em: <www.revistaoutubro.com.br/edicoes/03/out3_03.pdf>; acesso em: 23 jul. 2009. Os números 2 e 3 do texto original são de notas de rodapé indicando, respectivamente, as seguintes referências: G. Colby e C. Dennett, *Seja feita a vossa vontade*, Rio de Janeiro, Record, 1998, p. 425; e L. R. Scheman, *The Alliance for Progress*, Nova York, Praeger, 1988.

O reconhecimento de que a educação poderia ser um instrumento importante na segurança data pelo menos do período da Guerra Fria, em especial na formulação da doutrina da contra-insurgência. [...] As doutrinas, formas e métodos de propaganda foram desenvolvidos a partir da **Agência de Desenvolvimento Internacional do Departamento de Estado (Usaid)**. Nesta orientação, o apoio da população local é tido como uma condição importante, [...] Por isso, a **ênfase nas ações educativas** e, no caso **das populações indígenas**, a relevância conferida às **missões religiosas**, [...] O programa educacional e, mais especificamente, as ações de propaganda da Aliança para o Progresso, foram direcionados para este fim. Como assinalado por Berle, um dos mais próximos colaboradores de **Nelson Rockefeller** e importante conselheiro de Kennedy e Johnson, **“na América Latina o campo de batalha é pelo controle da mente do pequeno núcleo de intelectuais, dos educados e dos semieducados**. A estratégia é conseguir a dominação através dos processos educacionais”². No que concerne à universidade, face ao convenientemente proclamado risco da proliferação “da doutrina marxista no sistema educacional e no pensamento econômico da América Latina”³, o controle, prossegue Berle, terá de ser clandestino, **por meio de instituições privadas (Fundação Ford, Rockefeller, Olin, etc.) e por intercâmbio de universidades dos Estados Unidos, especialmente Georgetown, Los Angeles, Berkeley, Columbia e Stanford**. [...] **O presidente da Fundação Ford, McGeorge Bundy**, nos anos 50 e 60, orgulhava-se de que a Ford era mais ágil do que o governo na identificação e solução dos problemas colocados diante dos Estados Unidos.

Desde então, as grandes fundações adquiriram autonomia, não sendo exagero dizer independência, e passaram a agir assim no mundo inteiro, embora nem sempre afinadas com os governos dos países onde têm sede, aproximando-se ou afastando-se deles conforme as circunstâncias e suas conveniências, ainda que seja comum representantes delas ocuparem cargos no primeiro escalão governamental.

Tornaram-se poderosas organizações supranacionais, na busca do estabelecimento de uma “Nova Ordem Mundial” pela promoção das chamadas “causas nobres”: democracia, direitos humanos universais, desarmamento, preservação da paz, defesa das minorias, apoio aos direitos dos povos da floresta, preservação do meio-ambiente, autodeterminação dos povos e,

ultimamente, pela orquestração da ideia que o indivíduo, antes de ser cidadão de um país, é cidadão do mundo.

Paralelamente, foram gestadas novas concepções diplomáticas: supremacia do direito do indivíduo sobre a soberania nacional, interferência humanitária, soberania limitada, relativa ou compartilhada, dever de ingerência, direito de intervenção da comunidade internacional, interferência humanitária, instituições garantes da governabilidade mundial, jurisdição internacional de políticas sociais e econômicas justas e assim por diante.

Hoje formam a “corporatocracia”, neologismo adotado para designar o sistema político e econômico controlado por grandes corporações privadas, não poucas vezes associadas aos governos dos países onde são baseadas. Enfim, uma associação entre poderosas empresas, bancos e governos, conduzindo as políticas econômicas e sociais de uma sociedade, mesmo sem terem recebido mandato eletivo para tanto.

A representação gráfica a seguir, mesmo carente de muitas outras organizações que poderiam nela constar, permite excelente visão do processo que envolve a atuação da “corporatocracia” global, destacando-se, da esquerda para a direita:

- os *think tanks* de atuação global;
- as fundações que dão suporte financeiro e treinamento;
- as organizações que dão suporte retórico global;
- organismos multilaterais: ONU, FMI, Banco Mundial e Tribunal Penal Internacional; e
- as entidades (ONGs, mídia, institutos etc.) estabelecidas nos territórios nacionais, atuando na divulgação dos “valores” (das “causas nobres”) e nas frentes de rua (movimentos sociais).



Fortune 500 lined unelected think-tanks representing a global corpocracy set global policy. Corporate-funded foundations fund both the rhetoric to legitimize this agenda via "human rights" organizations, as well as funding propaganda & street fronts on the ground in target nations. Once "civil society" is set up on the ground, these NGOs interface with contrived "international institutions" which answer directly to the corpocracy that created them.

Fonte: **Malaysia's Bersih & the Facade of "Clean Elections"**, por Tony Cartalucci; publicação em: 16 jul. 2011.

Disponível em:
<http://landdestroyer.blogspot.com.br/2011/07/malaysias-bersih-facade-of-clean.html>;
 acesso em 18 ago. 2013.

Nos organismos multilaterais, muitos cargos são ocupados por indivíduos que já transitaram por outras entidades do esquema, fechando uma rede com circuitos muito bem conectados. A própria ONU tem estreita relação simbiótica com ONGs de atuação transnacional, garantindo-lhes legitimidade, enquanto delas recebe suporte operacional para se fazer presente em todo o mundo.

E muitas ONGs – claro que há honrosas exceções –, hoje, manejando as “causas nobres”, são pontas-de-lança semelhantes às missões “científicas” que, outrora, serviram ao expansionismo imperial britânico.

Substituindo-se as entidades da última coluna à esquerda por várias organizações não-governamentais que atuam no Brasil ou ditas “brasileiras”, a mesma representação gráfica aplicar-se-á com perfeição ao nosso País.

Dessa representação gráfica, são pinçadas aqui a Fundação Ford e as *Open Society Foundations*, pertencente a uma rede de fundações criadas pelo mega-investidor húngaro-americano George Soros e que, até 2011, se identificava como *Open Society Institute*.

A primeira será considerada, adiante, como um exemplo concreto da atuação dessas organizações no Brasil. A segunda, para destacar, nos termos da última citação da epígrafe, não só arrogância como avocam para si o direito de se envolver nos assuntos internos de estados soberanos como também dos instrumentais que dispõem para fazer isso:

- diálogo diplomático;
- ação militar;
- manutenção da paz internacional; e
- esforços para promover reformas institucionais e legislativas.

Como não têm – ainda – forças militares próprias, fica evidente onde irão buscar os meios bélicos para as ações militares e para a manutenção da paz internacional, especialmente diante do **Novo Conceito Estratégico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)**, que, mesmo dizendo que ela é um ator regional, e não global, deve considerar o contexto global de um mundo multipolar e interdependente e que, por isso, **não deve agir apenas na sua própria área.**

De ser alvo de ação militar e de operações de manutenção de paz nosso País, até o momento, escapou, não se podendo dizer o mesmo das pressões via canais diplomáticos ou de reformas institucionais e legislativas.

Muitas proposições que têm tramitado no Congresso Nacional, ainda que imperceptível para a imensa maioria, chegam com a sombra dessas organizações supranacionais e mesmo, de governos estrangeiros: “ficha limpa”, desarmamento da população, restrições à produção e comercialização de munições “cluster” e outras mais.

O *International Center for Transitional Justice* (ICTJ – Centro Internacional para Justiça de Transição), organização sustentada por toda essa rede de fundações privadas e agências governamentais de potências do hemisfério norte, registrou, textualmente, em seu Relatório Anual de 2010²:

Em anos anteriores, o ICTJ avaliou planos de justiça transição no Brasil, criticou a interpretação ampla da Lei de Anistia e apoiou os esforços do Ministério Público Federal no Estado de São Paulo para afirmar a ilegalidade da anistia. Em maio de 2010, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou projeto de lei ao Congresso que finalmente estabeleceu uma comissão da verdade sobre os abusos absolvidos pela lei de 1979. O **ICTJ prestou assessoria e contribuiu para o processo de elaboração.**

Juntamente com nossa **assistência técnica na elaboração da legislação**, o ICTJ viu a maior oportunidade para lançar as bases para uma eficaz processo de busca da verdade.

Não se discute aqui o mérito das proposições relativas a essas matérias, mas são colocados fatos, revelando como o Brasil tem se curvado às diretrizes externas, em detrimento da soberania nacional e da independência dos Poderes Constituídos.

A próxima etapa parece ser a legalização das drogas em uma campanha de acordo com as diretrizes e o suporte financeiro das *Open Society Foundations* de George Soros.³

Não é sem razão que ex-secretário nacional de Justiça, afastado do Governo federal depois de declarações a favor da descriminalização do uso das drogas, foi acolhido como Diretor Regional para a América Latina e Caribe dessa rede⁴ por indicação de Fernando

² Fonte: **International Center for Transitional Justice – Annual Report 2010**. Disponível em: <http://ictj.org/sites/default/files/ICTJ_AnnualReport_2010.pdf>; acesso em: 18 ago. 2013.

³ *O aparato internacional em prol da legalização das drogas, patrocinado e financiado por George Soros, acelerou a marcha para impor à América Latina a política do império britânico de descriminalização e legalização das drogas, alegando que "fracassou" a guerra contra o narcotráfico e que se necessita de um novo "paradigma contra a proibição".* Tradução livre de trecho do artigo **Soros y el Imperio británico por la legalización de las drogas, a la ofensiva en Iberoamérica**. Fonte: <<http://www.malvinense.com.ar/snacional/2013/1398.htm>>; acesso em: 20 jul. 2014; publicação em: 15 fev. 2013.

⁴ Fonte: **Former Brazilian Secretary of Justice Pedro Abramovay to Join Open Society Foundations**. Disponível em: <<http://www.opensocietyfoundations.org/press-releases/former-brazilian-secretary-justice-pedro-abramovay-join-open-society-foundations>>; acesso em: 19 ago. 2013.

Henrique Cardoso, presidente da *Global Commission on Drug Policy*⁵ (Comissão Global sobre Política de Drogas); organização que reúne 22 personalidades consideradas de projeção global, como Kofi Annan e Paul Volcker, pregando o fim da “guerra contra as drogas”, no que são endossados por Jimmy Carter e Bill Clinton, com as *Open Society Foundations* dando o suporte financeiro.⁶

Resta saber quem sairá vencedor dessa guerra e quais serão as grandes corporações que explorarão esse rico filão que, hoje, mesmo ilegal, movimentaa trilhões de dólares.⁷

Tudo isso explica, também, os diplomas legais que, desde o governo FHC, afastaram os militares, de formação conservadora e nacionalista, do centro do poder, relegando-os a um segundo plano na condução estratégica dos destinos do Brasil.

Ainda não se falou em Amazônia, mas esse é o ponto de partida do caminho hoje trilhado pelas questões que dizem respeito àquela região do Brasil, sendo absolutamente necessário começar por aqui a abordagem desse tema.

Dos adesistas às “causas nobres”, manipuladas de fora para dentro de nosso País, certamente não faltarão ironia, deboche e desqualificação.

Não faltará quem diga, como sói acontecer: “Teoria da Conspiração!”

Conspiração de quem?

⁵ Fonte: Página eletrônica da Global Commission on Drug Policy. Disponível em: <<http://www.globalcommissionondrugs.org/partners/>>; acesso em: 19 ago. 2013.

⁶ **Quem paga a conta?** Folha de S. Paulo, 1º set. 2013. Ilustríssima, p. 3.

⁷ [...] os líderes da campanha que legalizou o uso recreativo da maconha no Colorado apareceram vestindo ternos escuros e gravatas para celebrar as primeiras vendas legais da droga. [...] eles falam de regulamentação, impostos e responsabilidade empresarial. A planta se tornou uma indústria legítima, com representantes formais, grupos de interesses e lobistas. [...] o que 40 anos atrás era um movimento minoritário evoluiu e se tornou uma rede eficiente e bem financiada. E a indústria da maconha [...] compreende uma vasta coalizão de lobistas e patrocinadores bilionários como George Soros e Peter Lewis [...]. Extratos a partir da matéria **Cresce recheio de que indústria da erva atue como a do tabaco**. Folha de S. Paulo, 12 jan. 2014. Mundo, p. A14.

02. A CONSTRUÇÃO DOS TENTÁCULOS INTERNOS

Nosso País é alvo de diversas dessas organizações da “corporatocracia” global, cada qual com os seus próprios objetivos, embora, frequentemente, atuem de forma conjunta, visto que as “causas” por que propugnam via de regra são comuns.

Entretanto, destacar-se-á a Fundação Ford por duas razões: porque a partir de obra publicada por ela própria foi possível traçar o processo de construção das entidades que atuam sob sua égide aqui no Brasil; e porque, provavelmente, essa fundação é a que tem maior influência na região Amazônica.

A obra aqui referida, *Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil*, trata-se uma coletânea comemorativa, editada em conjunto com a Editora da Universidade de São Paulo, em 2002, estando disponível na Rede Mundial de Computadores (Internet).⁸

No Brasil, ainda durante o governo militar, a Fundação passou a arregimentar, entre a oposição da esquerda *light*, futuras lideranças para a base intelectual das suas “causas nobres”. Os seguintes excertos dizem bem disso:

Na verdade, essas doações fundamentais ofereceram um abrigo institucional aos **futuros líderes** dos setores **acadêmicos**, do **governo** e das **ONGs**. Através do **Iuperj** e do **Cebrap**, a agência incentivou os esforços de formação e de pesquisa de uma geração de jovens intelectuais que mais tarde alcançariam projeção nacional, como Francisco Weffort, Elza Berquó, Bolívar Lamounier, Vilmar Faria, Hélio Jaguaribe, José Serra e, entre os mais notáveis, Fernando Henrique Cardoso.

[...]

“De muitas maneiras, a trajetória de Fernando Henrique Cardoso espelha a própria história da Fundação de envolvimento na consolidação dos valores democráticos no Brasil”, cita um documento de programa em 1995:

Com a volta completa à democracia nos anos de 1990 e a eleição de um presidente como Fernando Henrique Cardoso, a ideia que se tinha é que as

⁸ BROOKE, Nigel Brooke e WITOSHYNSKY, Mary (orgs.), *Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: Uma Parceria para a Mudança Social*. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo / Fundação Ford, 2002. Disponível em: <http://www.fordfoundation.org/pdfs/library/Os_40_Anos_da_Funda%C3%A7%C3%A3o_Ford_no_Brasil.pdf>; acesso em: 18 ago. 2013.

*três décadas de investimentos da Fundação nos melhores cientistas sociais do Brasil haviam dado fruto. Na verdade, quatro membros do Ministério e quase toda a equipe econômica foram beneficiários de doações da Fundação, do mesmo modo que um grande número de pessoas indicadas para o primeiro escalão do Executivo que está se formando.*⁹

[...] o Escritório do Brasil preferiu “apostar nas ciências sociais” por ser um refúgio de intelectuais e de ideias. Em 1967, a recém-criada Sociedade Brasileira de Instrução (SBI) e sua ramificação, o Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Iuperj), receberiam a primeira de muitas doações para formação de pessoal e pesquisas em ciências sociais. [...]

[...]

Em 1969, o mesmo raciocínio norteou a decisão de criar o **Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)**, cujos fundadores haviam sido expulsos, no ano anterior, da Universidade de São Paulo (USP), com a cassação simultânea de seus direitos políticos. O sociólogo Fernando Henrique Cardoso, conhecido por suas ideias inovadoras sobre desenvolvimento e dependência, em visita ao novo representante da Fundação Ford, William Carmichael, solicitou apoio para a criação de um centro de pensamento que pudesse abrigar os cientistas sociais que os militares haviam expurgado das Universidades.¹⁰

Nesse processo, ainda investiu nos cursos de graduação e pós-graduação em ciências sociais e antropologia das principais universidades brasileiras e em várias instituições de pesquisa, buscando fazê-las instrumentos de controle social, como a publicação deixa patente:

[...] aos poucos as **ciências sociais** vieram a ocupar o lugar daquelas primeiras áreas e tornaram-se o campo privilegiado de ação da Fundação no Brasil, [...]¹¹

⁹ STATION, Elizabeth; WELNA, Christopher J. *Da Administração Pública à Participação Democrática*, in Nigel Brooke e Mary Witoshynsky (orgs.), *Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: Uma Parceria para a Mudança Social*. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo / Fundação Ford, 2002. p. 172-173 e 187.

¹⁰ *Ibd.*, p. 175-176.

¹¹ CAMPOS, Maria Malta. *Da Formação de Professores de Ciências à Reforma da Educação*, in Nigel Brooke e Mary Witoshynsky (orgs.), *Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: Uma Parceria para a Mudança Social*. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo / Fundação Ford, 2002, p. 101.

Ao longo desse mesma publicação são listadas várias entidades brasileiras que receberam apoio da Fundação Ford sob a ótica de programas de ciências sociais: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, (CEBRAP), Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEEAA), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Fundação Carlos Chagas (FCC), Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (PÓLIS), Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos (IDESP), Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), Instituto Brasileiro de Análise Econômica e Social (IBASE), Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) e assim por diante, deixando patente a atuação da fundação norte-americana junto aos acadêmicos e intelectuais brasileiros e, também, a ONGs.

Não sem razão, sem qualquer modéstia, a publicação chegou a consignar que:

No contexto da América Latina, **o Brasil se distingue por seus avanços acadêmicos no desenvolvimento das ciências sociais**, nos quais a **Fundação Ford exerce papel determinante e excepcional**.¹²

A influência da Fundação Ford na formatação da mentalidade hoje predominante entre os antropólogos brasileiros, que, depois, passaram a demarcar terras indígenas e territórios quilombolas, sobressai da seguinte transcrição:

A FUNAI, à época controlada pelas agências de segurança nacional e tendo à sua frente presidentes militares, abriu campo, em certos momentos, à participação de um outro conjunto de atores presentes ainda hoje à cena indigenista: **os antropólogos**, que tinham a unificá-los **as influências de um novo modelo de formação**

¹² MELLO E SOUZA, Cecília de. ***Dos Estudos Populacionais à Saúde Reprodutiva***, in Nigel Brooke e Mary Witoshynsky (orgs.), *Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: Uma Parceria para a Mudança Social*. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo / Fundação Ford, 2002, p. 133.

acadêmica, em pós-graduações surgidas em grande parte sob os auspícios dos recursos sobretudo da Fundação Ford e de agências da administração pública brasileira, como a Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). **Muitos desses intelectuais**, conectados à crítica do desenvolvimentismo praticado pelo regime ditatorial, que vitimou visivelmente os povos indígenas, **vieram a criar e se instalar em ONGs destinadas ao exercício de formas de ação embasadas por supostos da Antropologia Social**, muitos mantendo seu vínculo com as universidades, tanto por receberem salários quanto por recrutarem pessoal formado pelas mesmas para os projetos de pesquisa e intervenção social que mantiveram no que hoje se chama de “Terceiro Setor”. A noção de etnodesenvolvimento embasou muitas das propostas de antropologia da ação implementadas por antropólogos a partir de ONGs indigenistas, porém, sem que tais formas de intervenção ganhassem a sistematicidade que o ensino universitário poderia lhes conferir.¹³

Se, de um lado, construiu uma elite pensante, os “**futuros líderes** dos setores **acadêmicos**, do **governo** e das **ONGs**”, do outro, não descurou de formar a sua tropa de choque, a sua frente de rua, os movimentos sociais, investindo, também, na criação e na sustentação de organizações não-governamentais identificadas com suas diretrizes, como se depreende dos excertos a seguir:

Acima de tudo, estamos mais do que conscientes de que nosso público se compõe tanto de **ativistas das organizações não-governamentais (ONGs)** quanto de **professores universitários**.

A mudança de estratégia torna-se evidente [...] graças à contratação de especialistas para fornecer assistência técnica permanente às instituições de ensino superior na criação de novos **programas de pós-graduação e pesquisa em ciências sociais**.

¹³ SOUZA LIMA, Antonio Carlos; BARROSO-HOFFMANN, Maria; PERES, Sidnei Clemente. **Notas sobre os Antecedentes Históricos das Ideias de “Etnodesenvolvimento” e de “Acesso de Indígenas ao Ensino Superior” no Brasil**. Disponível em: <www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/artigos/arquivos/Texto_Etnodesenvolvimento_e_Ensino_Superior_Indigenas.pdf>; acesso em: 20 jul. 2009.

A década de 1970 mostra também um aumento significativo do volume de recursos doados às ONGs.¹⁴

[...] a volta da democracia [...] Nesse período, ganhou impulso a prática da Fundação de “apostar no setor de ONGs” como fonte de análise e de atuação. [...] o Escritório do Brasil defendeu, em 1986, um maior apoio às “organizações não-governamentais envolvidas em questões específicas de governo, [...]”.¹⁵

Depois de promover a formação de uma geração de cientistas sociais, a Fundação inseriu-se (discretamente) no tecido da vida intelectual brasileira. Ao apoiar intelectuais, líderes de ONGs, inovadores em gestão pública e progressistas do setor privado – em cuja orientação a Fundação confiou para navegar nesses anos todos na complexa cultura brasileira – pode também ganhar uma pequena mas permanente menção quando a história da sociedade civil brasileira for escrita.¹⁶

Mais recentemente, voltou-se também para os cursos jurídicos, apoiando mestrados e doutorados em direitos humanos em universidades brasileiras¹⁷. Por essa vertente, formatou e formata uma elite política e intelectual para agir em conformidade com as diretrizes emanadas do seu escritório em Nova York.

Os excertos a seguir indicam temas para os quais a Fundação Ford deu preferência em sua atuação no território brasileiro – de fácil manipulação em face da opinião pública interna e

¹⁴ BROOKE, Nigel. *O Escritório da Fundação Ford no Brasil, 1962-2002: Um Apanhado Histórico*, in Nigel Brooke e Mary Witoshynsky (orgs.), *Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: Uma Parceria para a Mudança Social*. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo / Fundação Ford, 2002, p. 15 e 23.

¹⁵ STATION, Elizabeth; WELNA, Christopher J. *Da Administração Pública à Participação Democrática*, in Nigel Brooke e Mary Witoshynsky (orgs.), *Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: Uma Parceria para a Mudança Social*. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo / Fundação Ford, 2002. p. 189.

¹⁶ *Ibid.*, p. 195-196.

¹⁷ TELES DOS SANTOS, Josélio. *Pós-graduação em Direito e as ações afirmativas no Brasil: uma experiência induzida*. Revista Pós Ciências Sociais. v. 7 n. 14 São Luís/MA, 2010. Disponível em:

<http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com_content&view=article&id=488&catid=81&Itemid=114>; acesso em: 19 ago. 2013.

internacional –, e como o escritório da Fundação, com sede em Nova York, estabelece as diretrizes a serem cumpridas em nosso País:

[...] a mudança de ênfase iniciada no final da década de 1970, é a triplicação na proporção de recursos canalizados para as ONGs. [...] refletindo a expansão de atividades da sociedade civil, sua luta em prol da redemocratização e a decisão da Fundação de dar suporte a toda uma gama nova de grupos e problemas sociais, como, por exemplo, **reforma agrária**, **direitos da mulher**, **identidade cultural**, **direitos dos índios** e **preconceito racial**.¹⁸

Nesse caso, porém, é importante observar que o destaque aparentemente súbito do campo de Direitos Humanos e de outras áreas de ciências sociais aplicadas, como os estudos voltados para a **mulher** e os **afro-brasileiros**, deve-se ao uso de novas categorias e denominações dos programas.¹⁹

Embora os resultados desse esforço tenham sido mais lentos nos escritórios estrangeiros, na sede de Nova York a transformação foi impressionante. [...] o novo interesse da Fundação pela **diversidade social** manifestava-se através do **financiamento de organizações de pesquisa e de assessoria jurídica preocupadas com questões de gênero e de raça**.

[...]

Todas essas mudanças causaram grande impacto nas atividades da Fundação no Brasil, [...] No início dos anos de 1980, porém, o **Escritório do Brasil** passou a apoiar pesquisas mais dirigidas para as prioridades de **políticas públicas estabelecidas em Nova York**.²⁰

[...] **A partir do início dos anos de 1990**, escolheu privilegiar particularmente os direitos da **mulher**, do **negro** e dos **grupos indígenas**, sem, porém, desviar-se do

¹⁸ BROOKE, Nigel. ***O Escritório da Fundação Ford no Brasil, 1962-2002: Um Apanhado Histórico***, in Nigel Brooke e Mary Witoshynsky (orgs.), *Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: Uma Parceria para a Mudança Social*. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo / Fundação Ford, 2002, p. 25-26.

¹⁹ Ibid. p. 31-32.

²⁰ STATION, Elizabeth; WELNA, Christopher J. ***Da Administração Pública à Participação Democrática***, in Nigel Brooke e Mary Witoshynsky (orgs.), *Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: Uma Parceria para a Mudança Social*. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo / Fundação Ford, 2002. p. 175-176.

objetivo mais amplo, que era “estender a todos os brasileiros o acesso à justiça e à cidadania democrática” (Telles, 2000).²¹

----- **Fortalecer as ONGs** que representam os grupos sociais mais vulneráveis – **mulheres, negros, índios e pobres** – foi uma das respostas. [...] Em especial, destaque-se o **apoio** concedido aos **centros de estudos afro-brasileiros**, aos **cursos de pós-graduação em cultura, história e outras contribuições dos negros** para a sociedade.²²

A avaliação insistia na ausência de dados e de análises que permitissem um conhecimento, o mais preciso e objetivo possível, dos cenários sociais de **discriminação de raça e de gênero**. Era vital, portanto, **investir na criação de competências profissionais** nesse campo dos direitos humanos de sorte a assegurar, em futuro próximo, a **formação de pessoal, disponível para as ONGs**, capaz de ler, interpretar e discutir políticas públicas e, em decorrência, **capaz de intervir nos processos decisórios** [...] A problemática das **desigualdades de raça e de gênero** foi então uma área de vanguarda, que, no curso dessa década, deveria receber avaliações críticas, diagnósticos e investimentos que contemplassem os **direitos humanos**.²³

A essas causas, pela orfandade ideológica, parte considerável da esquerda mundial aderiu rapidamente depois de perdidas as ilusões com a utopia do socialismo soviético quando da queda do Muro de Berlim e do desmoronamento da Cortina de Ferro.

No Brasil, não foi diferente. O grave é que a esquerda identificada com as “causas nobres” passou a conduzir os destinos do País e, paradoxalmente, a fazer o jogo das potências capitalistas, contra as quais vociferavam até há bem pouco tempo.

²¹ ADORNO Sérgio; CÁRDIA, Nancy. **Das Análises Sociais aos Direitos Humanos**, in Nigel Brooke e Mary Witoshynsky (orgs.), *Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: Uma Parceria para a Mudança Social*. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo / Fundação Ford, 2002. p. 235.

²² *Ibid.*, p. 213.

²³ *Ibid.* p. 213-214.

Esse conjunto de excertos de obra da própria Fundação Ford, permite concluir que ela gestou, no plano interno, a formatação de acadêmicos e intelectuais, como líderes e formadores de opinião, e criou, pelas organizações não-governamentais identificadas com as suas causas, as frentes de rua, os braços operacionais de sua atuação no Brasil; do que os Parlamentares conhecem muito bem a partir das agressivas manifestações desses grupos no Congresso Nacional.

O que se viu para a Fundação Ford deve ser expandido para todas as outras organizações estrangeiras que, semelhantemente, manipulam os destinos do Brasil. Todavia, por sua atuação menos ostensiva, delas não se dispõe de tanto material para se fazer um traçado tão detalhado assim.

Nos dias que correm, a atuação dessa fundação em nosso País continua intensa²⁴, como se percebe quando ela diz que:

Nosso trabalho é feito em colaboração com pessoas inovadoras de uma gama de áreas e organizações, incluindo universidades, agências governamentais, grupos da sociedade civil e outras instituições-chave, para representar melhor os interesses daqueles que são sub-representados, inclusive os **afro-brasileiros**, as **populações tradicionais** e **indígenas** e as mulheres.

- Fortalecer a aplicação dos sistemas de justiça e direitos;
- Assegurar o **direito à terra** e o **uso sustentável dos recursos naturais**;
- Promover o equilíbrio entre a liberdade de expressão e a regulação da mídia; e
- Fortalecer as organizações e lideranças dos **afro-brasileiros** e dos **povos indígenas**.

Nas áreas sublinhadas, a entidade norte-americana consegue conduzir suas ações na região Amazônica.

03. A “CORPORATOCRACIA” GLOBAL ESCREVE A CARTA DE 88

Na década de 80, vencida a batalha pela arregimentação dos “corações e mentes” – e talvez bolsos –, a próxima conquista seria a da Assembleia Nacional Constituinte, fazendo nela

²⁴ Fonte:

Página eletrônica da Fundação Ford. Disponível em: <<http://www.fordfoundation.org/regions/brazil/pt-br>>; acesso em: 19 ago. 2013.

inserir, pela atuação dos cooptados, os dispositivos que eram do interesse da “corporatocracia” global. E assim se fez.

Ainda que de uma forma subliminar, o excerto a seguir deixa perceber a sombra da Fundação Ford no curso da Assembleia Constituinte:

Havia chegado ao fim, oficialmente, o regime militar. Um presidente civil assumira o poder – embora por um caminho controlado pelo antigo regime – e **uma Assembleia Constituinte ia começar a escrever uma nova Constituição para o País**. Mais uma vez, **a Fundação sentiu-se comprometida** com as mesmas tarefas que desafiavam o Brasil como um todo: primeiramente, **“apoiar um difícil processo de redemocratização”** e, segundo, **concentrar-se “na grande tarefa de fazer a democracia funcionar na prática”**.

[...]

Entre os pontos positivos podemos citar o surgimento de **ONGs cada vez mais experientes, organizadas e articuladas**, que esperavam grandes ganhos da democracia e estavam **prontas a contribuir para a sua implantação**. O processo de **redação da nova Constituição**, que durou dezoito meses (1987-1988), mostrou o papel de grupos de interesse de todos os matizes ideológicos que influenciaram a redação final do documento. **Entre as táticas que usaram, estão lobby, campanhas na mídia, petições de ONGs de apoio a emendas populares e “audiências” públicas** paralelas sobre temas que iam das taxas de juros a reforma agrária e direitos dos índios. “A presença viva de organizações não-governamentais nos debates da Constituição é sinal de uma mudança significativa na sociedade brasileira”, observou o *staff* da Fundação em 1987.²⁵

Depois, fica mais escancarado o apoio dado às organizações que atuaram na Assembleia Nacional Constituinte alinhadas com as diretrizes daquela fundação norte-americana:

Em meados da década de 1980, as expectativas de uma nova Constituição, já prevista nas negociações para o retorno da democracia, mobilizaram a discussão da reforma institucional e das relações de poder na sociedade. [...] Nesse ano, os principais temas a serem tratados pelo programa eram a educação, o acesso aos direitos humanos, a ampliação da consciência com relação a esses direitos, a promoção

²⁵ STATION, Elizabeth; WELNA, Christopher J. **Da Administração Pública à Participação Democrática**, in Nigel Brooke e Mary Witoshynsky (orgs.), *Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: Uma Parceria para a Mudança Social*. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo / Fundação Ford, 2002. p. 179.

da troca de informações entre as ONGs e a melhoria da administração da justiça. **Ativistas e pesquisadores da área de direitos humanos foram encorajados a trabalhar com representantes do governo na elaboração de reformas sociais e econômicas de peso a serem incluídas na nova Constituição.**

O tema Reforma Agrária adquiriu destaque com a proximidade da reforma constitucional. **A Fundação financiou seminários sobre reforma agrária** em várias capitais, os quais reuniram juristas, representantes do governo, trabalhadores rurais e pesquisadores acadêmicos. **Manteve seu apoio à Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), [...]**²⁶

Outras organizações estrangeiras, entre as inúmeras que influíram na construção da Carta de 88, surgem em outros excertos:

Em 1988, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) e o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) criaram o “Projeto Vida de Negro”.

[...]

As atividades desenvolvidas junto às comunidades negras pelo PVN tiveram apoio da **Fundação Ford (EUA)**, a **Oxfam (Inglaterra)**, a **EZE (agora EED, Alemanha)**, a **Cese (Bahia)** e a **Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura**. A partir de 1991, o PVN²⁷ trabalhou a questão agrária das comunidades, **na perspectiva de enquadrá-las no conteúdo do artigo 68 do ADCT. Passou a intervir jurídica e institucionalmente para solucionar os problemas fundiários.**

[...]

Em 24 de maio de 2005, em São Luís – MA, ocorreu o “Seminário Direitos Constitucionais e Agrários das Comunidades Negras Rurais Quilombolas”, com o apoio do **Centro de Cultura Negra do Maranhão**, da **Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos** e da **Fundação Ford**. Participaram antropólogos, especialistas do Direito, representantes das comunidades e associações quilombolas, entre outros.²⁸

²⁶ ADORNO Sérgio; CÁRDIA, Nancy. ***Das Análises Sociais aos Direitos Humanos***, in Nigel Brooke e Mary Witoshynsky (orgs.), *Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: Uma Parceria para a Mudança Social*. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo / Fundação Ford, 2002. p. 223.

²⁷ PVN – Projeto Vida de Negro.

²⁸ FIABANI, Adelmir. ***Os quilombos contemporâneos maranhenses e a luta pela terra***. Disponível em: <www.estudioshistoricos.org/edicion_2/adelmir_fabiani.pdf>; acesso em: 4 jul. 2012. p. 4, 11 e 15.

Mesmo essas ONGs ditas “brasileiras”, não passam de meros satélites das entidades estrangeiras, dela recebendo subvenções e outras formas de apoio.

Outro excerto também revela a influência dos adesistas às causas da Fundação Ford nos trabalhos da Carta de 88:

No Maranhão, o **Centro de Cultura Negra (CCN/MA)** e a **Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH)** – entidades ligadas ao movimento negro – passaram a realizar visitas frequentes a comunidades rurais negras do interior do Estado tendo em vista a identificação destes grupos e o resgate de sua cultura. Em 1986, foi organizado o I Encontro das Comunidades Negras Rurais do Maranhão, no qual foi idealizado o Projeto Vida de Negro (PVN), implementado no ano seguinte. O projeto contou com financiamento expressivo da **Fundação Ford** e é considerado o embrião da mobilização quilombola no Maranhão bem como da posterior **Coordenação Nacional dos Quilombos, a Conaq [...]. Participaram do PVN antropólogos, juristas e militantes que desempenharam papel decisivo na defesa dos direitos quilombolas introduzidos na Constituição Federal de 1988.**²⁹

E os constituintes de 88 não deram, para questões tão relevantes assim, a devida importância e, muito provavelmente, os onguistas tiveram a deliberada intenção de não deixar perceber a exata dimensão do que estava sendo articulado. Tanto é assim, que pesquisas nos Anais da Constituinte só revelaram duas audiências públicas tratando de questões relativas aos negros³⁰ e nenhuma quanto às terras dos quilombos, que hoje levam insegurança jurídica a milhares e, por que não dizer, a milhões de produtores agrícolas e permitem, junto com a demarcação de terras indígenas, a criação de guetos étnicos em nosso País.

A nenhuma importância dada pelos constituintes – talvez levados a um engodo – à questão das terras dos quilombos está consignada, ainda, na seguinte transcrição:

²⁹ OLIVEIRA, Frederico Menino Bindi de. **Mobilizando oportunidades: estado, ação coletiva e o recente movimento social quilombola**. Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política no Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de S. Paulo, São Paulo, em 2009. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-10122009-113130/pt-br.php>; acesso em: 20 jul. 2012. p. 62-63.

³⁰ ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Reunião nº 7 (publicada no DANC 20/05/1987, p.120); e reunião nº 10, (publicada no DANC 21/05/1987, p.120).

[...] o debate sobre a **titulação das terras dos quilombos não ocupou, no fórum constitucional, um espaço de grande destaque** e suspeita-se mesmo que tenha sido aceito pelas elites ali presentes, por acreditarem que se tratava de casos raros e pontuais, como o do Quilombo de Palmares.³¹

Se a demarcação das terras dos quilombos influi na ocupação da região Amazônica, muito mais a das terras indígenas, onde também foi intensa a atuação das ONGs indigenistas.

Em outro trabalho acadêmico, fica bem ressaltada a influência estrangeira, inclusive com a injeção de recursos financeiros, nos dispositivos da Carta de 88 que dizem respeito aos brasileiros indígenas:

Foi a partir desse quadro – não mais restrito ao aparelho indigenista e a uma difusa e ingênua “opinião pública”, como nas décadas de 50 e 60 – que a ideia de *demarcação de terras indígenas* afirmou-se enquanto moto. A constatação do total despreparo e inépcia da Fundação Nacional do Índio em cumprir o imperativo de *demarcação das terras indígenas* contido na Lei 6001/73, no tocante a essa e a outras questões prementes à vida dos povos indígenas no Brasil, estimulou variados esforços de mapeamento, como os do Conselho Indigenista Missionário, do programa “Povos Indígenas no Brasil” do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e os trabalhos de cunho analítico realizados no Museu Nacional por João Pacheco de Oliveira. Estes últimos instruíram os desdobramentos posteriores de pesquisa voltada a alicerçar o **lobby pró-índio na Assembleia Nacional Constituinte, financiados pela Fundação Ford no Brasil**, conforme sugestões de consultoria de David Maybury-Lewis em 1984.³²

Está dito, de forma irretorquível, **a Fundação Ford pagou pelo lobby pró-índio**. Resta saber por quem, para quem e como foram aplicados os recursos do patrocínio.

Sobre isso, também foi encontrado o seguinte excerto:

³¹ LEITE, Ilka Boaventura. **O legado do testamento: a Comunidade de Casca em perícia**. Florianópolis: NUER/UFSC, 2002 (apud FIABANI, Adelmir. *O quilombo antigo e o quilombo contemporâneo: verdades e construções*).

Disponível em: <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Adelmir%20Fiabani.pdf>>; acesso em: 4 jul. 2012. p. 9.

³² SOUZA LIMA, Antonio Carlos; BARROSO-HOFFMANN, Maria; PERES, Sidnei Clemente. **Notas sobre os Antecedentes Históricos das Ideias de “Etnodesenvolvimento” e de “Acesso de Indígenas ao Ensino Superior” no Brasil**.

Disponível em:

<www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/artigos/arquivos/Texto_Etnodesenvolvimento_e_Ensino_Superior_Indigenas.pdf>; acesso em: 14 ago. 2012.

Em meados da década de 1980, o antropólogo David Maybury-Lewis, uma reconhecida autoridade na área de direitos dos povos indígenas, numa avaliação das principais instituições brasileiras ativas nesse campo para servir de base para a **definição de uma estratégia para a Fundação** (Maybury-Lewis, 1984), identificou inúmeras instituições indígenas e parceiros defensores dos direitos dos índios que tinham amplos programas e intensos conflitos no tocante às questões de identidade, etnia e representação. Com base nesse relatório, **a Fundação deu início a um patrocínio cauteloso**, por meio da **Associação Brasileira de Antropologia (ABA)** e do **Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, com o objetivo de **analisar as questões relativas aos direitos dos índios à terra, os quais estavam sendo fortemente contestados na Constituinte de 1986-1988**.³³

O que os constituintes de 88 teriam a dizer disso tudo?

04. AS CASAS REAIS DA EUROPA COMANDAM A AMAZÔNIA

A notícia a seguir, trazida por agência de notícia do Governo de Roraima, ao anunciar reuniões, em **29 e 30 de maio de 2008**, de políticos brasileiros com o príncipe Charles em Londres dá razão ao título deste tópico:

Governadores da Amazônia se reúnem em Londres

Governadores da região amazônica, senadores, deputados federais, empresários, instituições de pesquisa, representantes de instituições financeiras e lideranças sociais se reúnem nesta terça e quarta-feira (29 e 30), em Londres, com o Príncipe Charles para um amplo debate sobre a sustentabilidade da Amazônia.

O encontro, que será realizado na residência do Príncipe (Clarence House, Palácio Saint James) discutirá temas como Agricultura e Meio Ambiente; Infra-Estrutura; Finanças e Saúde e Educação. Cada painel será apresentado por um governador ou seu representante. Estão confirmadas as presenças da governadora Ana Júlia Carepa (PT/PA); Waldez Góes (PDT/AP) e José de Anchieta Júnior (PSDB/RR). O Acre e o

³³ ANDERSON, Anthony B. **Da Produção Agrícola ao Desenvolvimento Sustentável**, in Nigel Brooke e Mary Witoszynsky (orgs.), *Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: Uma Parceria para a Mudança Social*. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo / Fundação Ford, 2002, p. 87.

Amazonas estão representados pelos senadores Tião Viana (PT) e Arthur Virgílio (PSDB), respectivamente.

De acordo com o organizador do evento, Jorge Pinheiro Machado **o Príncipe Charles, que no final do ano passado criou uma instituição voltada para a proteção das florestas tropicais do mundo (Rain Forest Forest)**, se propõe a ser um interlocutor entre as personalidades brasileiras envolvidas nas questões amazônicas e **lideranças britânicas interessadas na proteção da maior floresta tropical do planeta**.³⁴

Essa notícia, transportada para os tempos do Brasil-colônia, soaria como os governadores-gerais indo até a metrópole tratar com a autoridade real.

O jornal Hora do Povo – a grande mídia parece que “esqueceu” de detalhar esse encontro –, apesar do seu viés ideológico, trouxe mais informações sobre essas reuniões:

Nos dias 29 e 30 de abril, o príncipe Charles, herdeiro do trono britânico, reuniu em sua residência em Londres autoridades e parlamentares de estados da região amazônica com representantes de instituições financeiras e Ongs internacionais para discutir, entre outras coisas, a “preservação” da floresta amazônica.

Entre os presentes estavam a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, Waldez Góes, do Amapá, José de Anchieta Júnior, de Roraima e os senadores Tião Viana e Arthur Virgílio. Dentre os outros participantes, destacam-se executivos de grandes empresas como **RioTinto, Shell, Deutsche Bank, Goldman Sachs, Morgan Stanley e MacDonald’s**, além de dirigentes das Ongs **WWF, Greenpeace, Friends of the Earth (Amigos da Terra) e o líder indígena Almir Suruí, da COIAB**.

Segundo o empresário brasileiro Jorge Pinheiro Machado, um dos organizadores do encontro, o príncipe Charles quer se transformar numa espécie de interlocutor privilegiado nas questões amazônicas e promotor de uma espécie de “financeirização” das florestas nativas com remuneração dos “serviços ambientais” que elas prestam à humanidade, fazendo dos índios os “guardiões da floresta”.³⁵

³⁴ ARN - Agência Roraimense de Notícias. **Governadores da Amazônia se reúnem em Londres**. Disponível em:

<http://www.rr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=31:governadores-da-amazonia-se-reunem-em-londres-&catid=19>; acesso em: 20 ago. 2013; publicação em 28 abr. 2008.

³⁵ **Príncipe Charles promove convescote em casa para “preservar” a floresta**. Hora do Povo, 21 mai. 2008, p. 5. Disponível em: <www.horadopovo.com.br/2008/maio/2668-21-05-08/P5/pag5c.htm>; acesso em: 21 jul. 2009.

Mas essa atitude plena em reverências ao membro da casa real britânica é algo que já vinha de datas mais longínquas.

Entre **22 e 27 de abril de 1991**, o príncipe Charles esteve no Brasil com uma comitiva de 25 pessoas, trazendo uma agenda preocupada com o meio ambiente. Recebido com toda pompa e rapapés, só não se avistou com os ianomâmis em virtude do surto de cólera que grassava no País.

Sobre essa visita, registrou prestigiosa revista semanal:

Na Amazônia, reuniu um seletíssimo time de especialistas para o seminário batizado com o ambicioso nome de “A primeira cúpula da Terra”, a bordo do iate Britannia.³⁶

Outro periódico consignou o clima político adverso que cercou esse encontro no iate real:

Manifestações nacionalistas de repúdio à realização do seminário “Meio Ambiente e Desenvolvimento” no iate real Britannia, sem a presença de cientistas e lideranças regionais, ocorreram na chegada príncipe Charles a Belém.

O Itamaraty tentou, sem sucesso, convencer o governador Jader Barbalho (PMDB), a participar da recepção ao príncipe. [...]

O governador manteve-se irredutível. [...] “... desaprovo a não-participação das pessoas da Amazônia”.³⁷

A mesma matéria do jornal Hora do Povo, citada imediatamente antes, também informou desse encontro no iate do nobre europeu fundeado em Belém, onde esteve o então presidente Fernando Collor com o príncipe Charles e outros estrangeiros. Destacou, ainda, a coincidência das visitas todas as vezes em que alguma matéria relevante ligada à questão indígena estava para ser decidida no Brasil:

Quando a reserva Ianomâmi foi criada por Collor, em 1991 – segundo entrevista do coronel Gélío Fregapani publicada no HP, “etnia absolutamente forjada por uma manobra muito bem conduzida pela WWF” –, alguns dias antes o príncipe Charles

³⁶ **De real grandeza.** Veja, ed.. 1.180, 1º mai. 1991, p. 22.

³⁷ **Seminário no iate gera protesto e governador não vê príncipe.** Folha de S. Paulo, 27 abr. 1991. Brasil, p, 1-10

havia promovido um seminário de dois dias a bordo do iate real Britannia, ancorado no rio Amazonas, do qual participaram, além do próprio presidente; David Triper, ministro de Meio Ambiente da Inglaterra, William Reilly, diretor da Agência de Proteção Ambiental dos EUA, Carlo Ripa di Meana, coordenador do Meio Ambiente da Comunidade Europeia, e Robert Horton, presidente da British Petroleum.

Em 2000, quando aconteceu o primeiro conflito entre produtores rurais e índios na reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, outra “coincidência”. Charles estava exatamente na região fronteira à reserva, na Guiana, participando da inauguração da reserva ambiental Iwokrama. No ano passado, o governo da Guiana se transformou em “protetorado verde” sob administração britânica, tendo Iwokrama como modelo.

Agora, quando esquentam novamente as discussões sobre a permanência ou não de agricultores na região da Raposa Serra do Sol, uma das regiões mais ricas do país, não é que o príncipe aparece novamente, e já com um novo encontro com lideranças da região agendado para dentro de 60 dias, em Belém (PA) [...] É muita coincidência.³⁸

O sítio eletrônico do Centro de Mídia Independente complementa essa matéria, informando sobre personalidades brasileiras presentes a esse seminário:

Durante dois dias, foram realizadas importantes reuniões a bordo do Britannia das quais participaram **José Lutzenberger**, então ministro de Meio Ambiente, **Israel Klabin**, **José Safra** e outros. O ex-presidente Collor de Mello esteve em uma destas noites a bordo do iate real.³⁹

Menos de dois meses depois do encontro no iate do príncipe Charles, o então presidente Collor foi, em visita, aos Estados Unidos, de **18 a 20 de junho de 1991**, onde, entre outros temas, tratou de questões ambientais e, em Washington, compareceu a um jantar em sua honra promovido pelo *International Environmental Bureau*. Em outro jantar na Casa Branca, a notícia

³⁸ **Príncipe Charles promove convescote em casa para “preservar” a floresta**. Hora do Povo, 21 mai. 2008, p. 5. Disponível em: <www.horadopovo.com.br/2008/maio/2668-21-05-08/P5/pag5c.htm>; acesso em: 21 jul. 2009.

³⁹ CMI-Brasil. **Chantagem geopolítica britânica para a Amazônia**. Por Alerta em Rede de 10 jun. 2008. Disponível em: <www.midiaindependente.org/pt/red/2008/06/421863.shtml>; acesso em: 21 jul. 2009.

diz de saudação do presidente Bush fazendo referência aos esforços de Collor para **proteger a floresta amazônica, diminuindo as atividades de desenvolvimento.**⁴⁰

Depois da visita do príncipe Charles e após uma semana da visita de Collor aos Estados Unidos, Sidney Possuelo foi nomeado, em **28 de junho de 1991**, presidente da FUNAI, com **“carta branca para fazer alterações administrativas”** e tendo **“como prioridades o caso Yanomami e a demarcação de 266 Terras Indígenas.”**⁴¹

Em curto espaço de tempo, seguiram-se 107 decretos de homologação de demarcações administrativas de terras indígenas, inclusive da Terra Indígena Ianomâmi, assim distribuídos:

- em 29 de outubro de 1991 – 71 decretos, do nº 246 ao nº 316;
- em 24 de dezembro de 1991 – 27 decretos, do nº 375 ao nº 401;
- em 21 de maio de 1992 – 4 decretos não numerados;
- em 25 de maio de 1992 – 1 decreto não numerado (Terra Indígena Ianomâmi, nos Estados de Roraima e Amazonas);
- em 13 de agosto de 1992 – 2 decretos não numerados; e
- em 23 de novembro de 1992 – 2 decretos não numerados.

Desse tempo data, ainda, a identificação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol.

Jarbas Passarinho, amazônida do estado do Acre, com a autoridade de quem foi oficial do Exército, governador do Pará, senador da República e presidente do Senado Federal, ministro de diversas pastas, inclusive da Justiça, referindo-se à sua passagem nesse cargo, registrou, àquela época, a presença de antropólogos estrangeiros nos procedimentos demarcatórios de terras indígenas:

⁴⁰ **U.S., four latin countries to sign trade and investment framework accord.** Disponível em: <<http://www.apnewsarchive.com/1991/U-S-Four-Latin-Countries-to-Sign-Trade-and-Investment-Framework-Accord/id-9c82349b32fc2efd5c56bea392f57c09>>; acesso em: 20 ago. 2013.

⁴¹ ISA – Instituto Socioambiental. **Galeria da crise permanente: os presidentes da Funai.** [s.d.] Disponível em: <www.socioambiental.org/pib/portugues/indenos/presfunai.shtm>; acesso em: 23 mai. 2008.

No caso da terra indígena ianomâmi, demarcada no governo Fernando Collor, **antropólogos da Funai e estrangeiros** definiram que só a ocupação em linha contínua satisfazia os termos do artigo 231 da Constituição.⁴²

Em 2004, sob as bênçãos da Rainha da Inglaterra, Sidney Possuelo foi agraciado com a medalha de ouro da *Royal Geographical Society*.

Em mais uma das coincidências, em **11 de março de 2009**, teve início uma "visita ambiental" do príncipe Charles ao Brasil com o objetivo oficial de promover a discussão sobre a preservação da floresta amazônica. Novamente recebendo com pompa e circunstância e rapapés. **Na semana seguinte**, o Supremo Tribunal Federal se reunia para selar o destino da Raposa-Serra do Sol.

Outros episódios revelam, aqui e acolá, a submissão das autoridades, do Governo e do Estado brasileiros ao que impõem as potências dominantes, como a livre circulação de autoridades estrangeiras em nosso País, parecendo fiscais e tutores de tudo que ocorre em nosso território, dizendo-nos o que deve ou não ser feito. Os exemplos se multiplicam, mas a notícia que se transcreve a seguir é especialmente significativa, tanto pelas circunstâncias como por ser muito recente:

Apesar do agravamento da tensão na terra indígena ianomâmi, na Amazônia, o rei Harald 5º da Noruega **ignorou apelos de autoridades brasileiras** e foi visitar a área.

Na semana passada, quatro índios foram mortos e sete ficaram feridos à bala em um conflito entre tribos, que estão sendo armadas por garimpeiros em troca de autorizações para lavra ilegal.

[...]

Primeiro **houve um pedido para que ele desistisse da empreitada**. Diante da negativa, PF e Funai deslocaram servidores para acompanhar a estada, que começou na segunda-feira passada e terminaria na madrugada de hoje.

O rei, segundo a Funai, ficou na aldeia Demini, no Amazonas, a cerca de 150 km do local dos conflitos mais recentes em Roraima. Foi conhecer **projetos financiados pela Noruega** – um deles é para instalar rede de comunicação via rádio nas aldeias.

⁴² PASSARINHO, Jarbas. **Os indígenas e o STF**. Correio Braziliense. 02 set. 2008. Opinião, p.21.

[...]

"O grande líder [Davi] convidou o rei para visitar nossa terra, conversar e trocar ideias. A terra ianomâmi tem vários problemas com garimpeiros e fazendeiros. Mas o povo ianomâmi é respeitoso", disse, de Boa Vista, o índio Dário Kopenawa, filho de Davi e integrante da HAY.⁴³

A associação fechou acordo com a Noruega em 2008 para recebimento de R\$ 300 mil para ações em saúde e educação na terra indígena.

Nenhum órgão federal nem a associação souberam dizer quantas pessoas acompanham o rei na visita.⁴⁴

Surpreende que as autoridades brasileiras não zelem pelo poder-dever de fazer respeitar a soberania nacional. Pela notícia, pedem, quase que em súplica, e não são atendidas. Valeu a vontade do soberano europeu sobre a soberania nacional. Numa linguagem chula, mas bastante significativa, deixaram o Brasil virar “casa de mãe joana”. Vá uma autoridade brasileira fazer algo parecido na Noruega!!!

Recorte extraído de outra fonte dá dimensão exata do alcance dessa visita:

Informações no site oficial da Embaixada da Noruega no Brasil relatam que, em 1983 autoridades norueguesas estabeleceram um apoio norueguês para os povos indígenas por meio de recursos destinados a **Associações Indígenas e organizações não-governamentais (ONGs)**.

Segundo a Embaixada, a Noruega acredita que o apoio às organizações indígenas e indigenistas é fundamental para o desenvolvimento e fortalecimento desse povo para dar condições aos índios definirem o futuro desejado e o grau de integração com a sociedade não-indígena.⁴⁵

As circunstâncias como se deu a visita, ignorando solenemente as autoridades brasileiras, se enquadram exatamente nos termos da *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos*

⁴³ HAY – Hutukara Associação Yanomami.

⁴⁴ **Rei da Floresta**. Folha de S. Paulo, 26 abr. 2013. Poder, p. A12.

⁴⁵ Após passagem por RR, rei da Noruega segue para reserva indígena. disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2013/04/apos-passagem-por-rr-rei-da-noruega-segue-para-reserva-indigena.html>>; acesso em: 20 ago. 2011; publicação em: 22 abr. 2013.

Povos Indígenas, assinada pela diplomacia brasileira que, entre outras aberrações, terminou por atribuir às áreas indígenas *status* político maior do que aquele conferido pela Constituição Federal aos Estados-membros da Federação, faltando pouco para que tornem, de fato, nações soberanas.

05. A DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS: POR QUEM? PARA QUEM?

Vencidas a batalha da conquista dos “corações e mentes”, especialmente os dos antropólogos gestados, durante anos, em cursos patrocinados pela Fundação Ford, e a batalha da inserção na Carta Magna dos dispositivos gestados em consonância com as diretrizes externas, dando, internamente, respaldo constitucional aos objetivos colimados, externamente, a próxima batalha seria pela demarcação das terras indígenas, dos territórios quilombolas e das áreas de preservação ambiental.

Fixando-nos apenas nas terras indígenas, dissertação acadêmica registrou que a Fundação Ford trabalha para dar às organizações indígenas *status* político semelhante aos governos dos Estados e dos Municípios:

O interesse pela relação entre os povos indígenas e o Estado brasileiro surge a partir do meu envolvimento desde 1999 com o Programa Gestão Pública e Cidadania. Iniciativa conjunta da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e da Fundação Ford, o Programa tem por objetivos identificar, pesquisar e disseminar práticas inovadoras de governos locais. Seguindo o posicionamento adotado internacionalmente pela Fundação Ford, com o objetivo de estimular e apoiar **a autodeterminação dos povos indígenas**, o Programa reconhece atuação das **organizações próprias dos povos indígenas brasileiros** em seu ciclo de premiação anual, realizado desde 1996, assim como dos governos municipais e estaduais.⁴⁶

Aliás, foi isso que os diplomatas brasileiros – outrora, muito competentes para não cometer um desatino desses – subscreveram na *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos*

⁴⁶ DE OLIVEIRA, Fernanda Martinez. ***Dilemas da Inclusão da Diversidade Étnica no Federalismo Brasileiro: as Perspectivas dos Povos Indígenas***. Dissertação de mestrado, apresentada, no ano de 2006, à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2401/155048.pdf?sequence=1>>; acesso em: 19 jul. 2009.

Povos Indígenas, referida antes, pois, nos seus termos, as terras indígenas têm autonomia política até maior do que os Estados e Municípios:

Artigo 3

Os povos indígenas têm direito à **autodeterminação**. Em virtude desse direito **determinam livremente sua condição política** e buscam livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

Artigo 4

Os povos indígenas, no exercício do seu direito à autodeterminação, têm **direito à autonomia ou ao autogoverno** nas questões relacionadas a seus assuntos internos e locais, assim como a dispõem dos meios para financiar suas funções autônomas.

Artigo 5

Os povos indígenas têm o direito de conservar e reforçar **suas próprias instituições políticas, jurídicas**, econômicas, sociais e culturais, mantendo ao mesmo tempo seu direito de participar plenamente, **caso o desejem**, da vida política, econômica, social e cultural do Estado.

Artigo 6

Todo indígena **tem direito a uma nacionalidade**.

[...]

Artigo 9

Os povos e pessoas indígenas têm o direito de pertencerem a uma comunidade ou **nação indígena**, em conformidade com as tradições e costumes da comunidade ou nação em questão. Nenhum tipo de discriminação poderá resultar do exercício desse direito.

[...]

Artigo 26

1. Os povos indígenas têm **direito às terras, territórios e recursos que possuem e ocupam tradicionalmente** ou que tenham de outra forma utilizado ou adquirido.
2. **Os povos indígenas têm o direito de possuir, utilizar, desenvolver e controlar as terras, territórios e recursos que possuem** em razão da propriedade tradicional ou de outra forma tradicional de ocupação ou de utilização.

Povo, território, instituições políticas jurídicas próprias, autonomia e autogoverno. O que falta, à luz do direito internacional, para que alcancem a **soberania e independência?**

Isso talvez explique o pouco caso que o rei da Noruega fez das autoridades brasileiras quando seguiu diretamente para a reserva Ianomâmi, uma área maior do que Portugal, exatamente em uma fronteira bastante sensível. O soberano europeu foi tratar diretamente com o soberano indígena.

Aliás, a expressão soberania indígena é diretamente utilizada pela *Amazon Coalition*, com sede em Washington. D.C. A livre tradução do artigo intitulado *Construindo uma sociedade civil internacional: Lições da Amazon Coalition* ressalta a soberania indígena na bacia Amazônica e alcança os territórios quilombolas:

“A Coalizão para os Povos Amazônicos e seu Ambiente”, ou “Coalizão Amazônica”, é um exemplo de uma nova sociedade civil internacional em rede. Localizada em Washington, D.C., reúne indígenas, ambientalistas e grupos de direitos humanos, trabalhando para proteger a bacia Amazônica.

[...]

Os ambientalistas geralmente veem a natureza como algo a ser preservado, concentrando esforços em matéria de conservação. Para os grupos indígenas, a meta principal é soberania e direitos fundiários. Soberania pode incluir o desenvolvimento econômico, por vezes levando a confrontos com os grupos ambientalistas. Concomitantemente, o viés conservacionista pode interferir na soberania indígena, como nos casos dos índios sendo expulsos de suas terras para abrir caminho para “áreas protegidas”. Mesmo assim, muitas lutas foram fortalecidas através de alianças. Uma organização internacional é mais forte e legítima quando é apoiada pelas vozes das comunidades locais. Inversamente, as comunidades indígenas podem se beneficiar dos recursos que ambientalistas têm para oferecer. Esta análise da Coalizão Amazônica contribui para uma compreensão dos benefícios potenciais da construção de pontes entre os povos indígenas e os movimentos ambientalistas.

[...]

Além disso, havia interesse por parte dos membros da Coalizão de apoiar quilombolas e seringueiros, cujo modo de vida também protege o ambiente da Amazônia.⁴⁷

Ou seja, essa ONG, no ano 2000, já fazia uso da expressão “soberania indígena” e

⁴⁷ SELVERSTON-SCHER, Melina. *Building international civil society: lessons from the Amazon Coalition*. Disponível em: <www2.ucsc.edu/globalinterns/cpapers/sscher.pdf>; acesso em: 20 ago. 2013; publicação em: nov. 2000.

já voltava seus olhos também para a questão quilombola.

A isso tudo, vão se somando outros episódios, como o da bandeira da União Europeia hasteada na área Ianomâmi, vizinha à Raposa-Serra do Sol.



Mas, vencida a batalha da Constituinte, os órgãos governamentais envolvidos com a demarcação tinham, então, de ser ocupados por quem estava identificado com a “causa”. Era preciso demarcar o **“território”** – e não a terra – de cada **“nação indígena”**.

Como presidente da FUNAI, de 28 de junho de 1991 a 19 de maio de 1993, Sidney Ferreira Possuelo, criou o Conselho de Defesa dos Direitos dos Índios (CDDI) e adotou postura

francamente aberta à atuação das ONGs, conforme consignado pelo Instituto Socioambiental (ISA), provavelmente a ONG indigenista mais atuante no Brasil:

Em sua gestão, Possuelo distendeu a relação do Órgão com entidades não-governamentais. Ao criar a CDDI, **convocou representantes de ONGs** para compô-lo e assinou quatro convênios de parceria com essas entidades no âmbito de **demarcação de terras indígenas** [...] Sofreu forte oposição interna por isso. O principal feito da sua gestão foi a demarcação física da terra Yanomami de forma contínua, facilitada pela disposição política do presidente Collor para encaminhar processos de reconhecimento oficial dos direitos territoriais indígenas, com vistas à ECO-92 [...] ⁴⁸

Sobre a atuação do próprio ISA – porque organização derivada do Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) – na demarcação de terras indígenas, a obra comemorativa da Fundação Ford registrou que:

Em 1990, a **Fundação** ampliou seus investimentos no sentido de incluir novos parceiros entre as muitas organizações indígenas e pró-indígenas que apareciam no Brasil. O mais importante deles foi o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), uma ONG, com sede em Brasília, formada por três advogados sob a liderança visionária de Márcio Santilli, um ex-senador⁴⁹ e ex-diretor da Funai (Fundação Nacional do Índio). **Fundado com a intenção de ajudar no reconhecimento dos direitos indígenas garantidos pela Constituição de 1988, o NDI participou, no período de 1989-1994, da legalização de quase um terço dos Territórios Indígenas (TIs) brasileiros, entre eles o território Yanomami, de 90 mil quilômetros quadrados ao longo da fronteira venezuelana.** Além disso, conseguiu influenciar as políticas públicas através do sistema judiciário. [...]

Em 1994, o NDI fundiu-se com o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), um proeminente grupo de pesquisa e defesa dos povos indígenas, [...]

⁴⁸ ISA – Instituto Socioambiental. **Galeria da crise permanente: os presidentes da Funai.** [s.d.] Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pib/portugues/indenos/presfunai.shtm>>; acesso em: 23 mai. 2008.

⁴⁹ Márcio José Brando Santilli, na verdade, foi presidente da FUNAI, e não diretor, e deputado federal, e não senador, à época dos trabalhos da Constituinte de 88, na 47ª Legislatura (1983-1987), ligado a ONGs financiadas por organismos externos e que trabalhou fortemente no *lobby* pró-índio durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

Tendo o ISA como instituição-âncora, a Fundação aumentou, entre 1999 e 2000, seu apoio aos povos indígenas através de uma iniciativa abrangente: Uma Agenda de Apoio aos Povos Indígenas e a seu Ambiente Baseada em Patrimônio e em Direitos.⁵⁰

Ou seja, quem demarcou e demarca terras indígenas não é o governo brasileiro nem a FUNAI, são as ONGs.

Mais ainda, o antropólogo que capitaneia a demarcação é escolhido entre aqueles identificados com a causa. Os que não tiveram os “corações e mentes” cooptados são execrados e ignorados.

Essa falta de isenção já aparece no Acórdão do Tribunal de Contas da União referente ao Processo nº 003.582/2005-8:

110.2 Determinar ao Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - Dnit:
.....
b) no caso de necessitar de laudo pericial de natureza antropológica para mais bem analisar a questão indígena, sirva-se de profissionais ou expertos isentos e não ligados à defesa dos interesses daquelas comunidades;⁵¹

Em audiência pública na Câmara dos Deputados, um antropólogo que diverge da corrente hoje dominante na antropologia brasileira declarou que:

Há um ditado no Nordeste: “*Quem paga o sanfoneiro escolhe a música*”.

Quem está pagando o Anthropological Blues? Quem está pagando a conta?

Seriam quase 5 minutos de leitura dos nomes das agências. A resposta está no *site* do Instituto Socioambiental muito claramente: USAID, ICCO, GTZ. Todas elas são organizações que sustentam a indústria de demarcação de terras indígenas.

.....

⁵⁰ ANDERSON, Anthony B. *Da Produção Agrícola ao Desenvolvimento Sustentável*, in Nigel Brooke e Mary Witoszynsky (orgs.), *Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: Uma Parceria para a Mudança Social*. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo / Fundação Ford, 2002, p. 87.

⁵¹ Fonte:
<https://contas.tcu.gov.br/juris/Web/Juris/ConsultarTextual2/Processos.faces?numero=003582&ano=2005>; acesso em: 25 ago. 2014.

[...] os antropólogos estão visceralmente ligados às comunidades indígenas, ideologicamente orientados. É impossível que um antropólogo faça um laudo ou dê um parecer contrário às demandas indígenas, o que compromete a lisura do documento.

.....
[...] se um antropólogo der um parecer negativo, contrário aos indígenas, o que fazem, como fizeram comigo? Descartam o relatório. No meu caso, com certeza, não foi por erros de grafia nem dos mapas que eu utilizei usando fotos do Google Earth, mas porque não estava alinhado com essa corrente ideológica de quanto mais terra, melhor.

Então, descartam o parecer desse antropólogo e contratam outro antropólogo, como aconteceu no caso do Rio Negro — e já estão indo para o terceiro antropólogo. O segundo também foi destituído de cargo de coordenador.⁵²

E nem sempre revelam o necessário preparo para esse trabalho. Nesse sentido, da antropóloga que conduziu os trabalhos que resultaram na demarcação da Terra Indígena Raposa Serra-Sol, seu despreparo para tratar de questão tão relevante ficou evidenciada por publicação que fez, no ano de 2005, em página pessoal de sítio eletrônico, hoje desativado, ao registrar a seguinte descrição do seu trabalho, conforme transcrição e gravura que se segue:

Atividade "alta complexidade intelectual", pelo menos é o que rege o contrato, mas continuo sendo "**babá de índio**".⁵³

⁵² EDWARD LUZ, antropólogo que se contrapõe a corrente antropológica hoje dominante no Brasil, em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 26 mai. 2010. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados, Nota Taquigráfica nº 0700A/10, 26 mai. 2010.

⁵³ Fonte: <<http://br.octopop.com/showProfile.do?profileId=476d776658725455472f4d3d>>; acesso em: 08 jul. 2009. O acesso a esse endereço eletrônico não está mais disponível. Original obtido por meio do parecer ao Projeto de Lei nº 4.791, de 2001, da Câmara dos Deputados. Fonte: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A6E4274F8F272D826D80470569683FB3.node2?codteor=827674&filename=Avulso+-PL+4791/2009; acesso em: 22 ago. 2014.



Disponível em: <http://br.octopop.com/showProfile.do?profileId=476d776658725455472f4d3d>;
acesso em: 08 jul. 2009.

Essa foi a antropóloga selecionada pela FUNAI para conduzir os trabalhos da Raposa-Serra do Sol. Pelo registro feito por ela própria, para certo ceticismo quanto ao seu real preparo para conduzir trabalhos demarcatórios e para elaborar laudos antropológicos. É um viés que caberia ser investigado. Haverá autoridade competente com apetite para tanto?

Fruto de uma luta intestina no âmbito da FUNAI, as notícias a seguir revelam como a GTZ (*Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* – Agência Alemã de Cooperação Técnica), reunida, em 2011, junto com outras entidades alemãs, na GIZ (*Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* – Agência Alemã de Cooperação Internacional), vinculada ao **governo alemão**,⁵⁴ detinha – talvez ainda detenha – o comando da entidade brasileira:

⁵⁴ Fonte: GIZ (Deutschen Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit). Disponível em: <www.giz.de>; acesso em: 24 jun. 2012.

Apontada como a principal responsável pela demissão do antropólogo acreano Terri Aquino da Coordenação de Identificação e Delimitação de Terras Indígenas da Funai, **a alemã Carola Kasburg, dirigente da Cooperação Técnica Alemã (GTZ), há quase 10 anos vem dando as cartas na política indigenista brasileira.** Tal poder é atribuído principalmente aos recursos que sua entidade, ligada ao governo alemão, disponibiliza para a Funai executar ações sociais e de demarcação das terras indígenas. [...]

A Funai só faz o que a GTZ manda. Com isso, o Brasil fica refém do capital externo para reconhecer os direitos de seus primeiros habitantes. [...] ⁵⁵

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) vai propor no Senado uma devassa sobre o uso de financiamentos de organismos internacionais, como a **Agência de Cooperação Alemã (GTZ), destinados a ações sociais e de demarcação de terras indígenas no País.** Relatório independente feito pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, a pedido da própria GTZ, revela que a diretora da agência Carola Kasburg e representantes do Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do Brasil (PPTAL) vêm ditando, há dez anos, as regras da política indigenista brasileira dentro da Fundação Nacional do Índio (Funai). [...]

[...]

Antropólogos e indigenistas ouvidos pelo Jornal de Brasília confirmaram que a agência alemã e sua diretora exercem interferência direta na Funai. "**Há muito tempo, a Funai só faz o que a GTZ e outros organismos internacionais mandam**", diz um ex-assessor da Funai, que pediu anonimato temendo represálias. [...]

[...]

Investimentos – Rainer Willingshifer, conselheiro para Assuntos de Cooperação Técnico-Financeira da Embaixada da Alemanha no Brasil, à qual a GTZ está vinculada, disse que o **governo de seu país investiu R\$ 14,7 milhões em cooperação técnica e R\$ 52,5 milhões em cooperação financeira em programas e projetos de apoio aos indígenas brasileiros.** Segundo Willingshifer, esses investimentos iniciaram-se em 1996.⁵⁶

⁵⁵ AQUINO, Romerito. **Estudo aponta erros da GTZ na política indigenista brasileira.** Página 20 On-Line (portal), Rio Branco, AC, em 29 fev. 2004. Disponível em: <http://pagina20.uol.com.br/29022004/especial_1.htm>; acesso em 23 jun. 2012.

⁵⁶ NEWTON, Greg (da Agência Reuters). **Funai sofre ingerência de investidor alemão.** Jornal de Brasília, Brasília, 07 mar. 2004. Matéria transcrita no Diário do Senado Federal, em 11 mar. 2004, pp. 06584-06585.

Sem que tenhamos percebido os contornos exatos de uma “guerra” entre as ONGs indigenistas e Mércio Pereira Gomes, ex-presidente da FUNAI, que também tem batalhado pelas demarcações das terras indígenas, o artigo a seguir, transcrito na íntegra do seu *blog*, retrata, segundo as informações que registra, o funcionamento do ISA:

ISA recebe 2,8 milhões de dólares para demarcar terras no alto Rio Negro

A notícia é surpreendente, mas é velha. Desde 2004, o **Instituto Socioambiental recebeu mais de 2.800.000 dólares da Fundação Gordon e Betty Moore**, dos Estados Unidos, para supostamente **aumentar em mais de 1 milhão de hectares as terras indígenas no rio Negro.**

Como pode isso? Será que essa Fundação não sabe que demarcar terras é um ato soberano e público do Estado brasileiro, e não um ato privado?

[...]

Eis porque eles me criticaram tanto e tentaram tanto me derrubar da presidência. Agora que **o irmão de Márcio Santilli é coordenador de Identificação de Terras Indígenas**, eles acham que podem pressionar o antropólogo que está fazendo o levantamento das aldeias indígenas do médio rio Negro para chegar ao tamanho que prometeram ao seu patrocinador.

[...]

Será que vão forçar a Funai a propor a demarcação da Terra Indígena **Cue Cue Marabitanas a ponto de ligá-la com as terras Yanomami e Alto Rio Negro e transformar essa área em 23 milhões de hectares?**

[...]

Eis a prova do ISA receber dinheiro da Fundação Moore para esses propósitos irrealis. Vale dizer que em 2006 eles receberam mais uma quantidade grande para "monitorar" e fiscalizar essas demarcações.⁵⁷

A demarcação a que se refere esse artigo ligaria reservas do Estado do Amazonas com as de Roraima, fechando toda a fronteira norte do Brasil aos demais brasileiros naquele trecho. E o irmão de Márcio Santilli a que o autor se refere é o antropólogo Paulo Santilli.

O mesmo autor cita a ONG chamada de **Centro de Trabalho Indigenista (CTI)** como outra envolvida em falcatruas à custa dos índios:

⁵⁷ Fonte: <http://merciogomes.blogspot.com/2007_09_01_archive.html>; acesso em 26 jul. 2009.

CTI também recebe grana para demarcar terras indígenas

Não é só o ISA que recebe dinheiro da **Fundação Moore** para demarcar terras indígenas.

O CTI, cuja **presidente é hoje diretora de Assuntos Fundiários da Funai**, e cujo filho de um dos diretores tem cargo comissionado na mesma Diretoria também recebe verbas generosas para administrar e demarcar terras no Amazonas, inclusive no rio Juruá. Não há conflito de interesse aí?

Segundo o resumo do projeto pelo qual **receberam quase 2 milhões de dólares, eles se comprometeram, além de "proteger" diversos territórios indígenas, a demarcar terras no tamanho de 455.000 hectares.** Que terra será essa?

Como pode haver tanta picaretagem para ganhar dinheiro fácil!⁵⁸

Quem controla a FUNAI?

Ora, a Fundação Nacional do Índio, como entidade da administração indireta, tem personalidade jurídica própria e, por isso, não tem subordinação a qualquer órgão do Governo federal, apenas vínculo com o Ministério da Justiça. Desse modo, nenhuma autoridade federal pode rever os atos dos seus dirigentes, vez que não há subordinação hierárquica.

A ser assim, é um evidente absurdo ter sido dada atribuição a essa entidade autárquica para a demarcação de terras indígenas.

Uma entidade sozinha, ocupada por ONGs, escolhendo os antropólogos identificados com a “causa” e com amplos poderes para conduzir todo um processo de demarcação que implica graves consequências para os cidadãos e para o Estado brasileiros, sem possibilidade de revisão por autoridade superior, nem mesmo pelo presidente da República.

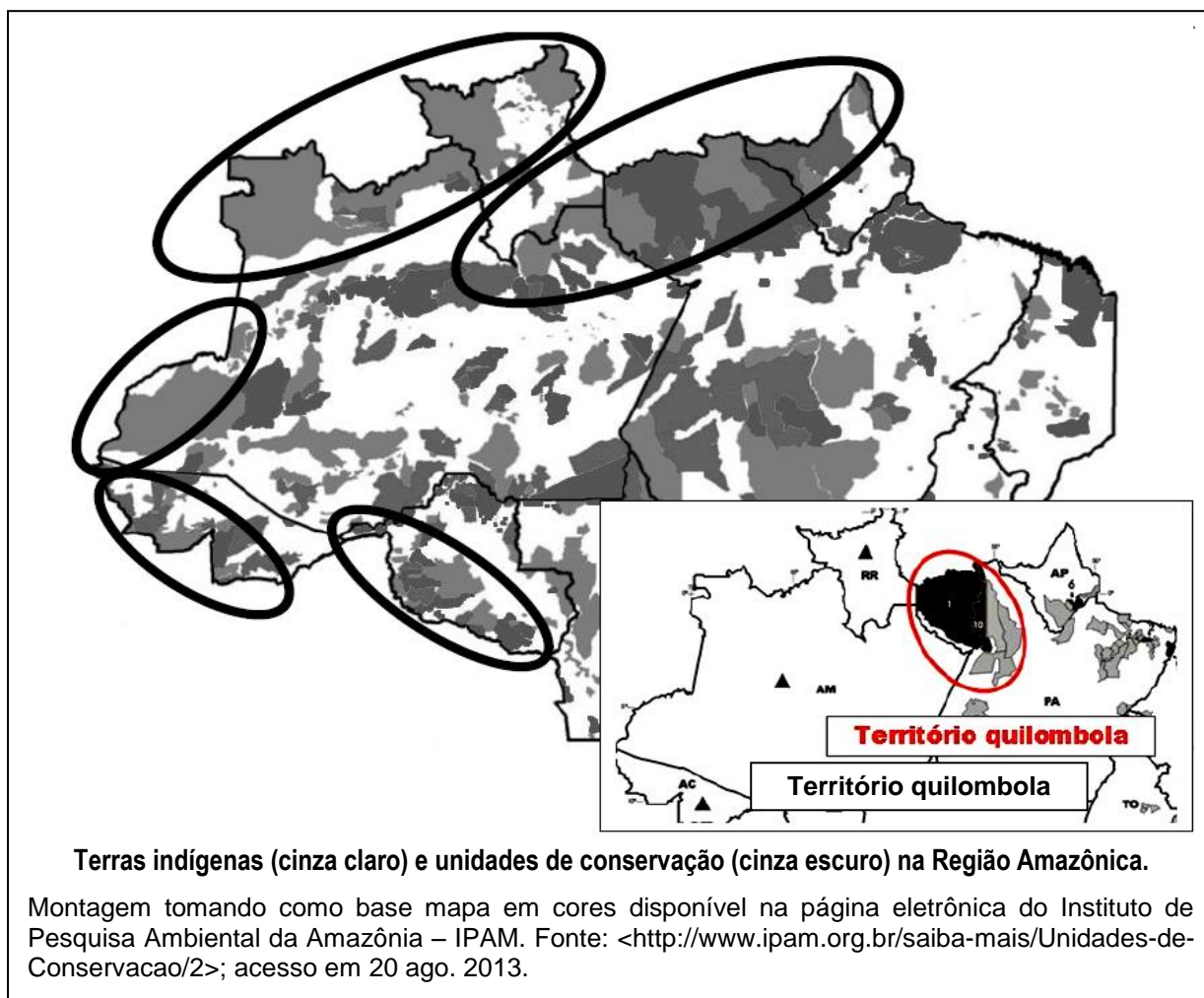
O resultado está no mapa que se segue, que apresenta áreas demarcadas como terras indígenas e unidades de conservação na região Amazônica, saltando aos olhos os bolsões que foram criados em toda a faixa de fronteira, à revelia de qualquer manifestação do Conselho de Defesa Nacional.

⁵⁸ Fonte: <http://merciogomes.blogspot.com/2007_09_01_archive.html>; acesso em 26 jul. 2009.

Um antropólogo, sozinho, nem sempre vislumbrando os interesses e a soberania nacional, tem mais poder do que o presidente e o vice-presidente da República, os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os ministros da Justiça, da Defesa e das Relações Exteriores e os comandantes das Forças Armadas; todos juntos.

Nesses bolsões, o brasileiro comum não entra, mas a miríade de ONGs age com plena desenvoltura, ainda que possam estar atentando contra os interesses do Estado e do povo brasileiros.

A terceira batalha, pela conquista dos territórios, está praticamente vencida e, mais uma vez, não foi pelo Brasil.



06. CONCLUSÃO

Risco de imediata ocupação militar não há. Enquanto os suprimentos de matérias-primas estiverem alimentando o sistema produtivo internacional em quantidade suficiente e a preços razoáveis, não há o que justifique uma aventura bélica, por mais forte que seja o aparato militar de uma potência dominante.

Mas, à luz das “causas nobres”, das novas concepções diplomáticas e da *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas* – escrita por ONGs e subscrita pela nossa diplomacia – foram criadas as condições necessárias para justificar perante a opinião pública internacional uma intervenção militar.

Esse estado de ameaça latente foi criado com a colaboração de brasileiros e sob os olhares dos Poderes da República, inertes diante de tudo o que se passa.

Enquanto isso, todos os projetos estratégicos para o Brasil, tanto no campo militar como civil são sabotados.

Nossas capacidades nuclear e missilística foram reduzidas a pó, mas as das potências dominantes são mantidas intactas. Eis que esses são os melhores instrumentos, não para o nosso País meter-se em uma aventura tresloucada dessa, mas como fatores de dissuasão para que outros não venham aqui se aventurar.

De nada adiantam retóricas diplomáticas e jurídicas diante da concreta realidade da força das armas. A força do Direito falece diante do direito da força e, historicamente, o vencedor escreve as leis.

Mas nossas Forças Armadas, afastadas do centro decisório que comanda o País, silentes, cada vez mais se contentam com migalhas para cumprir missões de segurança pública.

A tão decantada autonomia de nossa base industrial de defesa é uma balela. Apontem um único projeto estratégico, de qualquer das três Forças singulares, que não dependa do fornecimento externo de itens mais sensíveis.

Não se iludam. Isso também faz parte do processo.

Belo Monte não progride, é invadida. O Ministério Público Federal interpondo sucessivas ações, obstando as obras. Nas cidades, ativistas sociais – percebam que, sutilmente, não se fala mais onguista – protestando veemente em nome da preservação do meio ambiente e dos direitos dos povos indígenas.

E o País não anda, embora por trás disso tudo seja possível identificar a sombra de um sem número de organizações estrangeiras e de ONGs “brasileiras”, mas ninguém diz nada. Nenhuma autoridade da República ousa enfrentar a poderosa máquina que emperra o Brasil.

Nisso tudo, o alvorecer do século XXI indica que os próximos conflitos entre os Estados se farão pela disputa de áreas marítimas, espaços orbitais, fontes de água doce, alimentos, energia e matérias-primas; os quatro últimos cada vez mais escassos ao mesmo tempo em que a demanda mundial aumenta cada vez mais.

Também é um momento de ocupar os últimos espaços vazios do planeta. Eis a Amazônia, plena em recursos a serem incorporados ao sistema produtivo internacional. Se não o fizermos por nossa conta, outros o farão. É tudo uma questão de tempo.

Será esta a próxima batalha? Iremos perdê-la também?

As tropas de países da OTAN que treinam guerra na selva nas Guianas certamente não serão empregadas no deserto do Saara nem nos campos gelados da Sibéria.